A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR COMO AGENTE DE ACOLHIMENTO E MEDIAÇÃO NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM AUTISMO

VERONICA MARIA DE SOUSA

RESUMO
Este trabalho se propõe a analisar a relevância da formação continuada do professor como agente de acolhimento e mediação no atendimento a crianças com autismo, baseando-se em um levantamento bibliográfico de natureza descritiva e qualitativa. A educação inclusiva, consolidada como um direito fundamental, ainda enfrenta o desafio de uma realidade que muitas vezes não reflete as legislações existentes (6). Um estudo recente revela que 86,5% dos professores declaram ter uma necessidade moderada a alta de formação para lidar com a educação especial (2). O meu trabalho demonstra que a formação continuada é um pilar insubstituível para o sucesso da inclusão, pois equipa o professor com competências específicas, aprimora sua sensibilidade e o capacita a atuar de forma mais efetiva (7). Assim, o professor se torna um agente de acolhimento e mediação, capaz de adaptar o currículo e as metodologias de ensino para as necessidades individuais de cada aluno, transformando o ambiente escolar em um lugar seguro e estimulante. A conclusão do estudo reforça que o tema "Acolher para Incluir" só se concretiza por meio da capacitação docente, que está alinhada a um robusto arcabouço legal, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (1). Portanto, a formação continuada não é apenas uma oportunidade, mas uma necessidade urgente para a superação de desafios e a concretização do direito à educação para todas as crianças.
PALAVRAS-CHAVE: Professor Mediador; Autismo; Educação Infantil; Práticas Inclusivas; Qualificação Profissional.

ABSTRACT
This work proposes to analyze the relevance of continuing teacher training as an agent of welcoming and mediation in the care of children with autism, based on a descriptive and qualitative bibliographic review. Inclusive education, established as a fundamental right, still faces the challenge of a reality that often does not reflect existing legislation. The study demonstrates that continuing education is an irreplaceable pillar for inclusion success, as it equips the teacher with specific competencies and the ability to act more effectively. Thus, the teacher becomes an agent of welcoming and mediation, capable of adapting the curriculum to individual needs, transforming the school environment into a safe and stimulating place. The research concludes that "Welcoming for Inclusion" is only achieved through teacher training, which is aligned with the legal framework, making continuous training an urgent necessity for the realization of the right to education for all children.
KEY-WORDS: Teacher Mediator; Autism; Inclusive Practices; Professional Qualification; Continuing Training.

1- INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um direito fundamental, exigindo que as escolas se adaptem para atender à diversidade de seus alunos (3). Esse estudo se propõe a analisar a importância da formação continuada do professor como agente de acolhimento e mediação no atendimento a crianças com autismo, baseando-se em um levantamento bibliográfico de natureza descritiva e qualitativa. Ao longo da minha pesquisa, eu buscarei compreender como a formação contínua equipa o professor com as competências e a sensibilidade necessárias para mediar a interação social, adaptar o ambiente e acolher as necessidades individuais de cada aluno com autismo.

Nesse contexto, o professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, desempenha um papel crucial para que a inclusão aconteça de fato (6). No entanto, é evidente que muitos docentes ainda enfrentam desafios para implementar práticas pedagógicas inclusivas, necessitando de formação e suporte adequados (2). A simples matrícula de estudantes com deficiência em classes regulares não garante sua inclusão efetiva nos processos de ensino e aprendizagem, e a realidade das instituições de ensino nem sempre reflete as legislações existentes

(6). Essa discrepância é um dos grandes desafios da atualidade no cenário educacional brasileiro.

Diante disso, meu trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o papel do professor na educação inclusiva, a partir de um levantamento bibliográfico que busca identificar as principais teorias, práticas e desafios relacionados a essa temática. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (1) estabelece que a formação de professores para o atendimento educacional especializado e para a inclusão é um dos objetivos para assegurar a inclusão escolar. Contudo, pesquisas recentes indicam que 86,5% dos professores em escolas básicas declararam ter uma necessidade moderada a alta de formação sobre metodologia de ensino para o público da educação especial (2), o que demonstra um descompasso entre a legislação e a prática. Esse dado ressalta a urgência de uma capacitação que vá além da formação inicial, sendo um processo contínuo e adaptado às demandas emergentes do ambiente escolar. A formação continuada é, portanto, um pilar que garante a equidade na aprendizagem, pois permite que o professor desenvolva competências específicas, aprimore sua sensibilidade e se mantenha atualizado com as melhores práticas (7).

Dessa forma, meu estudo se propõe a analisar a importância da formação continuada do professor como agente de acolhimento e mediação no atendimento a crianças com autismo, baseando-se em um levantamento bibliográfico de natureza descritiva e qualitativa. Eu acredito que, ao investigar como a formação continuada contribui para as práticas pedagógicas inclusivas, meu estudo poderá contribuir para a valorização do papel do professor e para a melhoria da qualidade do ensino, um caminho para a superação de desafios e a concretização do direito à educação para todas as crianças.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Professor como Agente de Acolhimento e Mediação

A figura do professor, em um contexto de educação inclusiva, transcende o papel tradicional de mero transmissor de conhecimento, assumindo a função crucial de agente de acolhimento e mediação. A inclusão é vista como um processo complexo que "exige a transformação de concepções, atitudes e práticas pedagógicas" (6), e a atuação do educador é o elo principal nessa transformação. Eu entendo que o acolhimento se manifesta na capacidade do professor de criar um ambiente escolar onde a diversidade não seja vista como uma barreira, mas como um estímulo que enriquece a experiência socioeducacional de todos os alunos. Esse acolhimento se traduz em ações que promovem "interações dignas e respeitosas" (3), que são essenciais para a plena participação de estudantes com necessidades especiais.

Para além do acolhimento, o professor atua como mediador, uma função que se torna ainda mais relevante no atendimento a crianças com autismo. A mediação pedagógica implica em um trabalho que considere as especificidades de cada aluno, adaptando a rotina e os recursos de maneira individualizada (4). É através dessa mediação que o professor consegue auxiliar o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com deficiência, facilitando sua interação com o currículo e com o ambiente social da escola (4). Essa habilidade de mediação é fundamental, pois permite que o professor ajuste sua prática para atender às necessidades sensoriais e comunicativas das crianças com autismo, construindo pontes para a aprendizagem e a socialização. Eu acredito que essa abordagem transforma a sala de aula em um espaço de equidade, onde a aprendizagem se torna acessível a todos. Esse papel exige que o educador esteja em "desenvolvimento profissional contínuo" (7), já que as demandas são sempre emergentes e dinâmicas. O professor que se qualifica continuamente se torna mais apto a mediar a interação social, a adaptar o ambiente e a acolher as necessidades individuais, cumprindo assim o papel central de promover a inclusão (7).

2.2 A Formação Continuada como Pilar da Prática Inclusiva

A formação continuada do professor é um pilar insubstituível para o sucesso da educação inclusiva. Não basta apenas a existência de leis e políticas de inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (1), é preciso que os educadores estejam preparados para atuar de forma efetiva. A minha pesquisa destaca que, apesar de um avanço na inclusão de alunos com deficiência em classes comuns, a demanda por formação na área da Educação Especial ainda é muito alta (2). Um estudo recente revela que 86,5% dos professores declararam ter uma necessidade formativa de nível moderado a alto para lidar com a metodologia de ensino para esse público.

Eu entendo que essa capacitação é crucial, pois, como afirma a literatura, a formação continuada é um "caminho crucial para promover a equidade na aprendizagem" (7). É por meio dela que o professor desenvolve competências específicas, aprimora sua sensibilização e empatia, e se mantém atualizado com as melhores práticas pedagógicas (7). O professor que possui essa formação se torna mais capaz de adaptar o currículo e as metodologias de ensino para responder às necessidades individuais de cada aluno, tornando o ambiente de aprendizado mais acolhedor e inclusivo (6).

Apesar da importância reconhecida, o processo de formação docente enfrenta desafios históricos e estruturais. Um estudo aponta que, antes da LDB de 1996, havia pouca preocupação com a qualificação dos professores na área de educação especial (5). Atualmente, a falta de profissionais preparados para o atendimento inclusivo ainda é um desafio que permeia esse cenário (4). A meu ver, essa falta de preparo e suporte fragiliza o trabalho dos profissionais e afeta diretamente a qualidade do ensino e da aprendizagem (2). Assim, a formação continuada se torna não apenas uma oportunidade, mas uma necessidade urgente para que o professor possa superar as dificuldades e transformar as concepções e práticas pedagógicas, conforme defendido em outras pesquisas (2). Em minha análise, eu vejo que, sem as competências e a sensibilidade necessárias adquiridas pela formação continuada, a capacidade do professor de mediar a interação social e adaptar o ambiente fica comprometida, o que acaba por limitar o pleno desenvolvimento do aluno com autismo e impedir que o acolhimento se transforme em uma inclusão genuína (3, 2).

2.3 A Educação Inclusiva no Atendimento a Crianças com Autismo

O desafio de "Acolher para Incluir" ganha uma dimensão ainda mais específica quando o foco da educação inclusiva se volta para o atendimento a crianças com autismo. Para atuar nesse contexto, é fundamental que a gente tenha um entendimento claro sobre as características desse público. A Política Nacional de Educação Especial define os alunos com transtornos globais do desenvolvimento como aqueles que apresentam "alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo" (1), e inclui explicitamente "autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil" nesse grupo (1). Ao lidar com as particularidades de cada aluno, o professor mediador precisa ir além das práticas pedagógicas convencionais. É nesse ponto que a formação continuada se revela crucial.

A qualificação profissional do professor não se trata apenas de adquirir um conhecimento genérico sobre inclusão, mas de se munir de ferramentas específicas para as necessidades de cada aluno (2). Eu percebo que a formação contínua capacita o professor a atuar de forma mais eficaz, adaptando o currículo e as metodologias de ensino para que a criança com autismo possa se desenvolver (4). Essa capacitação permite que o professor ofereça um acolhimento que se baseia na compreensão das particularidades sensoriais e comunicativas, e uma mediação que facilita a participação da criança nas atividades sociais e de aprendizagem (4). É através da sua atuação, embasada em conhecimento e empatia, que o ambiente escolar se torna um lugar seguro e estimulante. A formação continuada, portanto, não é um luxo, mas uma necessidade para que o professor possa transformar a sala de aula em um espaço onde a criança com autismo seja acolhida em sua individualidade e tenha garantido o seu direito à educação.

2.4 O Panorama Legal da Educação Inclusiva no Brasil

A educação inclusiva no Brasil é sustentada por um robusto arcabouço legal que, ao

longo das últimas décadas, vem se aprimorando para garantir o direito à educação a todos os cidadãos, independentemente de suas condições. Em minha análise, observo que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, representa um marco fundamental. Este documento define a educação especial como uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis, etapas e modalidades, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). É importante destacar que o documento defende a matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares e defende a necessidade de formação continuada para os professores do ensino comum e do AEE (1). Outros documentos, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também reforçam a importância da inclusão, estabelecendo diretrizes e normas para a oferta da educação especial e a organização curricular (6). Essas legislações, em conjunto, criam um contexto em que a diversidade é não apenas tolerada, mas celebrada, e a educação é vista como um direito de todos.

Por fim, eu considero que um conjunto eficaz de políticas pode contribuir para a universalização da educação, reduzindo disparidades sociais e combatendo preconceitos. A legislação brasileira, ao longo do tempo, vem se mostrando um importante instrumento de transformação social, e meu estudo busca mostrar como a prática pedagógica do professor, quando alinhada a esse panorama legal, pode concretizar o ideal de uma escola que realmente acolhe e promove a diversidade (3). Assim, o educador se torna o elo principal na promoção do acolhimento, esse é um caminho fundamental para a superação de desafios e a concretização do direito à educação para todas as crianças. Nesse sentido, a formação continuada do professor deixa de ser apenas uma exigência técnica, tornando-se também um compromisso ético e social, que fortalece a democracia e combate desigualdades históricas no acesso à educação. Ao qualificar-se continuamente, o educador amplia sua capacidade de atuar como agente transformador, promovendo não apenas a aprendizagem, mas também a valorização da diversidade como elemento constitutivo da sociedade.

3. METODO

A presente pesquisa se caracteriza como um Levantamento Bibliográfico de natureza qualitativa e descritiva, delineando o caminho metodológico que utilizei para investigar a centralidade da formação continuada no atendimento a crianças com Autismo. Eu adotei este método por não envolver coleta de dados em campo, focando na análise aprofundada de documentos e artigos científicos já consolidados. Meu principal material de estudo consistiu em sete documentos que balizam a temática, incluindo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (1), artigos de revistas especializadas que discutem a necessidade de formação docente (2, 7) e publicações que detalham o cenário da inclusão no Brasil (4, 6).

O processo analítico baseou-se na leitura exaustiva e na posterior análise de conteúdo, buscando identificar os eixos temáticos recorrentes e os consensos acadêmicos que sustentam a função do professor como agente de acolhimento e mediação. Eu organizei o desenvolvimento do trabalho em seções para garantir a clareza e a progressão da argumentação, partindo do marco legal para o desafio da prática, culminando na comprovação da formação como solução estratégica. Essa abordagem me permitiu ir além da mera descrição das fontes, estabelecendo relações e confrontos conceituais cruciais para a defesa da minha hipótese central.

4. RESULTADOS

Os achados deste estudo, obtidos por meio da análise sistemática dos materiais selecionados, reforçam a urgência da qualificação profissional e a complexidade do cenário de inclusão. Eu constatei que, embora a educação inclusiva seja um direito fundamental (3), sua concretização enfrenta barreiras significativas na prática docente. A simples matrícula de alunos com necessidades especiais não garante sua inclusão efetiva, sendo a atuação do professor o "elo principal" para a transformação (6).

Eu encontrei um dado expressivo que corrobora a justificativa do meu TCC: 86,5% dos

professores da Educação Básica declararam possuir uma necessidade formativa de nível moderado a alto para lidar com a metodologia de ensino para o público da educação especial (2). Este achado, em particular, evidencia o descompasso entre o ideal normativo estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial (1) e a realidade das salas de aula. A literatura é categórica ao afirmar que a formação continuada é um "caminho crucial para promover a equidade na aprendizagem" (7), pois é através dela que o professor mediador adquire as competências específicas e a sensibilidade necessárias para mediar a interação social, adaptar o ambiente e acolher as necessidades de alunos com autismo.

5. DISCUSSÃO

A análise dos achados permite-me, neste ponto, estabelecer uma discussão crítica sobre as implicações do meu estudo para a prática. O confronto entre o arcabouço legal (que exige o AEE e a inclusão) e o alto índice de professores que demandam formação (2) revela que a Política Nacional (1) ainda não foi integralmente internalizada pelos sistemas de ensino. Eu interpreto que a falta de preparo e suporte adequado fragiliza o trabalho dos profissionais e afeta diretamente a qualidade do ensino e da aprendizagem. Sem as competências e a sensibilidade necessárias adquiridas pela formação continuada, a capacidade do professor de mediar e acolher fica comprometida, limitando o pleno desenvolvimento do aluno com autismo e impedindo que o acolhimento se transforme em uma inclusão genuína (3, 2).

Portanto, a principal implicação do meu estudo é a reafirmação de que a formação continuada não deve ser vista como uma opção, mas como uma estratégia prioritária de gestão e política pública para a Educação Especial. Somente ao capacitar o professor para ser um agente ativo de acolhimento e mediação, a escola conseguirá superar as barreiras atitudinais e pedagógicas que ainda persistem, cumprindo o seu papel de promover uma educação verdadeiramente equitativa e humana. Eu defendo, assim, que o investimento nos educadores é a ação mais estratégica para garantir o direito à educação de todas as crianças.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do meu estudo, eu pude confirmar a hipótese central do trabalho: a formação continuada é, de fato, um pilar essencial para que o professor atue como um agente de acolhimento e mediação no atendimento a crianças com autismo. A minha análise da literatura demonstrou que a inclusão escolar é um processo complexo que demanda uma transformação nas concepções e práticas pedagógicas do professor (6). A simples matrícula de alunos com necessidades especiais não é suficiente; é a capacitação profissional que permite ao educador ir além, atuando de maneira mais efetiva na construção de práticas inclusivas (7).

Os resultados deste levantamento bibliográfico evidenciam que a demanda por formação na área da educação especial é uma realidade expressiva, com uma grande parte dos professores reconhecendo a necessidade de se qualificarem para lidar com os desafios da sala de aula (2). Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 é um documento crucial, pois orienta os sistemas de ensino a garantir a formação de professores para o atendimento educacional especializado, o que reforça o compromisso legal com a inclusão (1).

Eu concluo que a frase Acolher para Incluir representa a síntese do que encontrei na literatura. O acolhimento se manifesta na criação de um ambiente escolar seguro e respeitoso, e a mediação se materializa em práticas pedagógicas que consideram as especificidades de cada aluno (3). A formação continuada é o elo que une esses dois conceitos, capacitando o professor a desempenhar um papel fundamental na promoção da equidade e no combate à exclusão. É a partir desse investimento nos educadores que se torna possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade (7). Eu acredito que este estudo contribui para o debate acadêmico ao sublinhar a necessidade de se priorizar a formação de professores, não apenas para cumprir a lei, mas

para construir uma escola que seja, em sua essência, mais justa e humana.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília, DF, 2008.
2. RODRIGUES, Sandra Regina de Morais Cunha; SALES, Luis Carlos. NECESSIDADES FORMATIVAS DO PROFESSOR FRENTE À DEMANDA DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CLASSES COMUNS. Revista Brasileira de Educação Especial, Dourados, v. 30, e0097, p. 1-16, 2024.
3. RIBAS, Márcia Helena da Rocha. RECURSOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROMOVENDO A INCLUSÃO E DIVERSIDADE. ALTUS CIÊNCIA, v. 20, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.8422949. Acesso em: 17 set. 2025.
4. MESSIAS, Ana Paula Chaves. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 8, n. 07, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v8i7.6396. Acesso em: 17 set. 2025.
5. MICHELS, Maria Helena. FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém, PA. Anais.... Belém, PA: ANPEd, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt15-trabalho_encomendado_40rn.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.
6. SOUZA, Helena Maquies Sobrinho de et al. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL. Revista Missioneira, Santo Ângelo, v. 26, n. 2, p. 301-310, jul./dez. 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i2.2002.
7. FERREIRA, Angelo Mendes et al. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM CAMINHO PARA A EQUIDADE NA APRENDIZAGEM. Revista Foco, v. 17, n. 7, p. 1-13, 2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5478/4082. Acesso em: 22 set. 2025.